



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRETOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

045. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

Recentemente, acabei me detendo num debate sobre o conceito de reputação. Antes a reputação era apenas boa ou ruim e, diante do risco de ter uma má reputação, muitos tentavam resgatá-la com o suicídio ou com crimes de honra. Naturalmente, todos desejavam ter uma boa reputação.

Mas há muito tempo o conceito de reputação deu lugar ao de notoriedade.

O que conta é ser “reconhecido” pelos próprios semelhantes, mas não no sentido do reconhecimento como estima ou prêmio, mas naquele mais banal que faz com que alguém possa dizer ao vê-lo na rua: “Olhe, é ele mesmo!”. O valor predominante é aparecer e naturalmente o meio mais seguro é a TV. E não é necessário ser um renomado economista ou um médico agraciado com o prêmio Nobel, basta confessar num programa lacrimogêneo que foi traído pelo cônjuge.

Assim, gradualmente, foi aceita a ideia de que para aparecer de modo constante e evidente era preciso fazer coisas que antigamente só garantiam uma péssima reputação. E não é que as pessoas não almejem uma boa reputação, mas é muito difícil conquistá-la, é preciso protagonizar um ato heroico, ganhar um Nobel, e estas não são coisas ao alcance de qualquer um. Mais fácil atrair interesse, melhor ainda se for mórbido, por ter ido para a cama por dinheiro com uma pessoa famosa ou por ter sido acusado de peculato. Passaram-se décadas desde que alguém teve a vida destruída por ter sido fotografado algemado.

O tema da perda da vergonha está presente em várias reflexões sobre os costumes contemporâneos.

Ora, este frenesi de aparecer (e a notoriedade a qualquer custo, embora o preço seja algo que antigamente seria a marca da vergonha) nasce da perda da vergonha ou perde-se o senso de vergonha porque o valor dominante é aparecer seja como for, ainda que o preço seja cobrir-se de vergonha? Sou mais inclinado para a última hipótese. Ser visto, ser objeto de discurso é um valor tão dominante que as pessoas estão prontas a renunciar àquilo que outrora se chamava pudor (ou sentimento zeloso da própria privacidade).

Também é sinal de falta de vergonha falar aos berros ao celular, obrigando todo mundo a tomar conhecimento das próprias questões particulares, que antigamente eram sussurradas ao ouvido. Não é que a pessoa não perceba que os outros estão ouvindo, é que inconscientemente ela quer que a ouçam, mesmo que suas histórias privadas sejam irrelevantes.

Li que não sei qual movimento eclesiástico quer retornar à confissão pública. Claro, que graça pode ter contar as próprias vergonhas apenas para o confessor?

(Umberto Eco. Por que só a Virgem Maria? *Pape satàn aleppe*: Crônicas de uma sociedade líquida. Editora Record, Rio de Janeiro: 2017. Adaptado)

- 01.** O autor do texto traz uma reflexão sobre uma mudança de comportamento na sociedade atual. Trata-se da
- (A) maneira como a televisão se viu obrigada a banalizar sua programação, em prejuízo da cobertura de notícias relevantes, como uma forma de garantir audiência.
 - (B) busca incessante de alguns indivíduos por uma premiação ou por conseguir praticar um ato que lhes possa garantir reconhecimento e uma boa reputação.
 - (C) perda da privacidade como elemento preponderante para que as pessoas passassem a refletir sobre o valor até então dado à notoriedade a qualquer custo.
 - (D) disposição das pessoas em se submeterem a situações antes consideradas vexatórias como um meio de satisfazer a necessidade de serem percebidas.
 - (E) perda gradual do valor que se dava à notoriedade com a conscientização de que, para aparecer, não raro as pessoas eram submetidas a situações humilhantes.
- 02.** A ideia de boa reputação, apresentada no início do texto, é utilizada pelo autor
- (A) para reforçar o ponto de vista por ele defendido de que é impossível construir uma boa imagem quando ações importantes são banalizadas pela mídia.
 - (B) como base para o desenvolvimento de sua argumentação sobre a perda do zelo com a própria imagem numa sociedade em que o importante é aparecer.
 - (C) a fim de mostrar como o reconhecimento é efêmero, já que uma pessoa que ganha um prêmio importante na área de medicina pode ser esquecida no dia seguinte.
 - (D) para refutar a postura daqueles que enxergam falta de limites e descuido com a própria imagem na maneira como as pessoas se esforçam para serem vistas.
 - (E) para demonstrar que esse conceito passou por mudanças, pois atitudes que antes melhoravam atualmente comprometem a reputação de uma pessoa.
- 03.** Assinale a alternativa em que o trecho do texto apresenta relação de causa e consequência.
- (A) Mas há muito tempo o conceito de reputação deu lugar ao de notoriedade.
 - (B) O que conta é ser “reconhecido” pelos próprios semelhantes, mas não no sentido do reconhecimento como estima ou prêmio...
 - (C) O valor predominante é aparecer e naturalmente o meio mais seguro é a TV.
 - (D) Assim, gradualmente, foi aceita a ideia de que para aparecer de modo constante e evidente era preciso fazer coisas...
 - (E) Passaram-se décadas desde que alguém teve a vida destruída por ter sido fotografado algemado.

Para responder às questões de números **04** e **05**, considere a seguinte passagem do texto:

- E não é que as pessoas não almejem uma boa reputação, mas é muito difícil conquistá-la, é preciso protagonizar um ato heroico, ganhar um Nobel, e estas não são coisas ao alcance de qualquer um.

04. Os termos em destaque nos trechos – ... **almejem** uma boa reputação... / ... **protagonizar** um ato heroico – podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido à passagem, correta e respectivamente, por

- (A) desejem ardentemente / ser o agente principal de
- (B) desejem morbidamente / desempenhar o papel de
- (C) identifiquem-se com / revelar-se pronto para
- (D) sejam solidárias com / ser capaz de realizar
- (E) pretendam para si / agir conforme

05. Assinale a alternativa que substitui corretamente as expressões destacadas nos trechos “... não almejem **uma boa reputação**... / ... é preciso protagonizar **um ato heroico**...”, de acordo com a norma-padrão de emprego e de colocação de pronomes.

- (A) ... não almejem-na... / ... é preciso protagonizá-lo...
- (B) ... não a almejem... / ... é preciso protagonizar-lhe...
- (C) ... não lhe almejem... / ... é preciso lhe protagonizar...
- (D) ... não a almejem... / ... é preciso protagonizá-lo...
- (E) ... não almejem-lhe... / ... é preciso o protagonizar...

06. Nas frases do 3º parágrafo – O que conta é ser “reconhecido”... / “Olhe, é ele mesmo!”. –, as aspas são empregadas, respectivamente, para

- (A) intensificar o sentido da palavra / destacar a ironia presente na expressão.
- (B) questionar o sentido da palavra / acentuar o valor significativo da expressão.
- (C) relativizar o sentido da palavra / indicar uma fala atribuída a outra pessoa.
- (D) acentuar o significado da palavra no texto / indicar que a expressão introduz um diálogo.
- (E) realçar a ironia presente na palavra / destacar o efeito de sentido da expressão no texto.

07. Considere o seguinte trecho do texto:

Não é que a pessoa não perceba que os outros estão ouvindo, é que inconscientemente ela quer que a ouçam, **mesmo que** suas histórias privadas sejam irrelevantes. (7º parágrafo)

A mesma relação de sentido criada pela expressão em destaque no trecho é estabelecida pelo termo destacado em:

- (A) **Mas** há muito tempo o conceito de reputação deu lugar ao de notoriedade.
- (B) **Assim**, gradualmente, foi aceita a ideia de que para aparecer de modo constante e evidente...
- (C) ... **para** aparecer de modo constante e evidente era preciso fazer coisas que antigamente só garantiam uma péssima reputação.
- (D) ... a notoriedade a qualquer custo, **embora** o preço seja algo que antigamente seria a marca da vergonha...
- (E) ... ou perde-se o senso de vergonha **porque** o valor dominante é aparecer seja como for...

08. As expressões destacadas nos segmentos “... era preciso fazer coisas que **antigamente** só garantiam uma péssima reputação. / Passaram-se décadas **desde que** alguém teve a vida destruída por ter sido fotografado algemado.”, ainda que pertencentes a diferentes classe gramaticais, exprimem ambas ideia de

- (A) modo.
- (B) tempo.
- (C) causa.
- (D) finalidade.
- (E) intensidade.

09. Há muito tempo o conceito de reputação vem sendo transformado, passando, aos poucos, _____ adquirir uma nova representação, até, finalmente, dar lugar _____ ideia de notoriedade, segundo _____ qual o importante é ser percebido, _____ vezes a qualquer custo.

De acordo com a norma-padrão de uso do acento indicativo de crase, as lacunas do trecho escrito a partir do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) a ... à ... a ... às
- (B) à ... à ... a ... as
- (C) a ... a ... à ... às
- (D) a ... à ... à ... as
- (E) à ... a ... a ... às

Leia o texto para responder às questões de números **10 a 12**.

Vivemos tempos históricos. Não que isso seja o fim dos tempos. A democracia liberal permite aos cidadãos serem tão **hiperbólicos** quanto desejarem.

Apesar de o exagero ser permitido, não creio que seja bom conselheiro. Ao contrário, penso que uma análise equilibrada dos fatos é o ponto de partida necessário para decisões sábias.

(Hélio Schwartzman. Tempos de histeria. *Folha de S.Paulo*. 29.10.2017. Adaptado)

10. O autor do texto defende que decisões sábias requerem

- (A) resignação e aceitação.
- (B) reflexão e desregramento.
- (C) ponderação e comedimento.
- (D) exaltação e persistência.
- (E) constatação e entendimento.

11. O termo **hiperbólicos**, em destaque no primeiro parágrafo, tem relação de sentido com a seguinte ideia presente no contexto do texto:

- (A) exagero.
- (B) bom conselheiro.
- (C) análise equilibrada.
- (D) ponto de partida.
- (E) decisões sábias.

12. Assinale a alternativa em que a reescrita de passagem do texto está adequada quanto à concordância, de acordo com a norma-padrão da língua.

- (A) Vivemos naturalmente imerso na histeria dos tempos modernos.
- (B) Permitem-se aos cidadãos, na democracia liberal, serem hiperbólicos.
- (C) Vivem-se tempos históricos que inviabilizam a análise equilibrada dos fatos.
- (D) A análise equilibrada dos fatos levam-nos a decisões sábias.
- (E) Apesar de permitidos, o exagero não é bom conselheiro para decisões sábias.

Leia o texto para responder às questões de números **13 a 17**.

Há uma razão simples para o manual de escrita de William Zinsser ter se tornado um *best-seller* e um clássico contemporâneo: o livro é ótimo.

“Como Escrever Bem” difere de guias de redação convencionais que reinavam absolutos na literatura americana desde 1959. Não que ele menospreze gramática e técnica. Voltado para a não ficção, o manual cobre fundamentos do estilo de texto jornalístico aperfeiçoado nos EUA ao longo do século 20 e elevado a arte nos anos 1960.

Não faltam conselhos para fugir da geleia de mediocridade à qual tende toda escrita, como vem provando mais uma vez a safra internética: perseguir clareza e simplicidade, valorizar verbos e substantivos, desconfiar de adjetivos e advérbios, reescrever, cortar tudo que for supérfluo, pulverizar clichês e palavras pomposas etc.

São lições importantes, mas batidas, que Zinsser revitaliza com frases lapidares: “Não há muita coisa a ser dita sobre o ponto final, a não ser que a maioria dos escritores não chega a ele tão cedo quanto deveria”. Ou ainda: “Poucas pessoas se dão conta de como escrevem mal”.

Contudo, o livro é melhor quando vai além da técnica, revelando um autor apaixonado que não se furta de tomar partido e expor idiosincrasias*. O ofício de escrever aparece como algo vivo, condicionado por miudezas objetivas e complicações subjetivas.

A questão do gosto, tão difícil de definir quanto de ignorar, tem sido tratada como falsa pelo pensamento acadêmico. O autor não foge da briga: “O gosto é uma corrente invisível que atravessa a escrita, e você precisa estar ciente dele”.

A tradução, correta e fluida em linhas gerais, tem o mérito maior de preservar o humor de Zinsser. Inevitavelmente, há momentos em que a obra perde na transposição, como ao tratar de modismos e inovações vocabulares do inglês. Nada que passe perto de empanar o brilho de um livro necessário como nunca.

* Idiosincrasia: predisposição de um indivíduo para reagir de maneira pessoal à influência de agentes exteriores.

(Sérgio Rodrigues. Com frases lapidares, autor ensina a fugir da escrita medíocre. *Folha de S.Paulo*, 12.01.2018. Adaptado)

13. Conforme o autor do texto, uma das qualidades do livro “Como Escrever Bem”, de William Zinsser, consiste em:

- (A) desconsiderar a gramática e o tecnicismo, priorizando a abordagem dos fundamentos de estilo do texto jornalístico.
- (B) trazer orientações sobre como evitar uma escrita de qualidade questionável, como geralmente é o caso da linguagem usual na internet.
- (C) destacar a importância da escrita marcada pela clareza e pela simplicidade, além do uso de frases de efeito e palavras rebuscadas.
- (D) ir além da técnica, evitando assuntos já muito discutidos em outros manuais, como a valorização da clareza e a escolha cuidadosa das palavras.
- (E) fugir da discussão sobre a questão do gosto, considerada de difícil definição, evitando assim cair na mesma pretensão do pensamento acadêmico.

14. Com a frase – “Não há muita coisa a ser dita sobre o ponto final, a não ser que a maioria dos escritores não chega a ele tão cedo quanto deveria”. – Zinsser faz uma crítica aos escritores
- (A) concisos, que expressam apenas o essencial.
 - (B) subjetivos, que expressam sentimentos muito íntimos.
 - (C) objetivos, muito práticos no modo de se expressar.
 - (D) confusos, incapazes de se expressar com clareza.
 - (E) prolixos, que se estendem demais para se expressar.
15. Assinale a alternativa em que o autor aponta um aspecto negativo na obra “Como escrever bem”, que chega às mãos do leitor de língua portuguesa.
- (A) “Como Escrever Bem” difere de guias de redação convencionais que reinavam absoluto na literatura americana desde 1959.
 - (B) Voltado para a não ficção, o manual cobre fundamentos do estilo de texto jornalístico aperfeiçoado nos EUA ao longo do século 20...
 - (C) Não faltam conselhos para fugir da geleia de mediocridade à qual tende toda escrita, como vem provando mais uma vez a safra internética...
 - (D) O ofício de escrever aparece como algo vivo, condicionado por miudezas objetivas e complicações subjetivas.
 - (E) Inevitavelmente, há momentos em que a obra perde na transposição, como ao tratar de modismos e inovações vocabulares do inglês.
16. A seguinte passagem do texto caracteriza-se pelo emprego de palavra(s) em sentido figurado:
- (A) “Como Escrever Bem” difere de guias de redação convencionais...
 - (B) Não que ele menospreze gramática e técnica.
 - (C) São lições importantes, mas batidas, que Zinsser revitaliza com frases lapidares...
 - (D) Contudo, o livro é melhor quando vai além da técnica...
 - (E) A questão do gosto, tão difícil de definir quanto de ignorar, tem sido tratada como falsa...
17. Assinale a alternativa em que a frase, reescrita a partir do quinto parágrafo do texto, está correta quanto à norma-padrão de pontuação.
- (A) O livro, contudo, é melhor quando vai além da técnica: o ofício de escrever aparece como algo vivo, condicionado por miudezas objetivas.
 - (B) O livro contudo, é melhor quando vai além da técnica, o ofício de escrever: aparece como algo vivo, condicionado por miudezas objetivas.
 - (C) O livro contudo é, melhor quando vai além da técnica, o ofício de escrever, aparece: como algo vivo, condicionado por miudezas objetivas.
 - (D) O livro, contudo é melhor quando, vai além da técnica, o ofício de escrever aparece como algo vivo: condicionado por miudezas objetivas.
 - (E) O livro, contudo é melhor quando vai além da técnica, o ofício de escrever aparece como algo vivo, condicionado por miudezas: objetivas.
18. Assinale a alternativa em que tanto a concordância quanto a regência estão de acordo com a norma-padrão da língua.
- (A) Consciente que tudo que escrevia, inclusive as mensagens nas redes sociais, eram lidos pelo pai, passou a censurar-se.
 - (B) Divulgados nos principais jornais do país, o escândalo atingiu em cheio a vida das pessoas que ele mais se dedicava.
 - (C) Foi feito, naquele caso, diversas tentativas de acordo para resolver o conflito que as partes estavam envolvidas.
 - (D) Escrever e falar com clareza sobre quaisquer temas é uma das exigências impostas àqueles profissionais atuantes nas mídias.
 - (E) Estando ciente que os atestados foram anexados ao e-mail, os funcionários deram prosseguimento do inquérito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Assinale a alternativa correta com o que prevê a Constituição Federal acerca do controle de constitucionalidade.

- (A) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador Geral da República, que defenderá o ato ou o texto impugnado.
- (B) O Advogado Geral da União deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- (D) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia entre as partes e efeito vinculante, restrito aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- (E) Do ato administrativo que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá revisão constitucional ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo.

20. Considere a seguinte situação hipotética.

Segundo a Constituição Federal, a fiscalização do Município será efetuada mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Diante da inércia de muitos Municípios, que passaram quase 30 (trinta) anos da edição da Carta da República, ainda não editaram as respectivas leis regulamentadoras, o Presidente da República resolve editar uma Medida Provisória com diretrizes de controle externo e interno a serem seguidas pelos Municípios.

Se um legitimado propusesse uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em face da Medida Provisória, perante o Supremo Tribunal Federal, ela deveria ser julgada

- (A) improcedente, porque não há vedação constitucional que proíba o Presidente da República de editar Medida Provisória com tal conteúdo.
- (B) procedente, pois a competência para disciplinar os controles interno e externo dos Municípios é Estadual.
- (C) improcedente, caso a Medida Provisória não seja convertida em lei no prazo de 60 (sessenta) dias.
- (D) procedente, porque a disciplina do controle no âmbito do Município é matéria de competência local.
- (E) improcedente, pois diante da omissão dos Municípios em regular o tema, deveria ter sido proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

21. Em relação à organização do Estado Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir consórcios públicos entre si, destinados à gestão associada de serviços públicos, sendo autorizada a possibilidade de transferência parcial de pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.
- (B) Os Municípios poderão, mediante convênios de cooperação, instituir regiões metropolitanas, desde que preenchido o requisito de tais municípios constituírem agrupamentos de municípios limítrofes, e que tenham a finalidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) Os Estados poderão, mediante decreto, instituir aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (D) A Constituição Federal permite a constituição de consórcios de entes federativos do mesmo nível, para a gestão associada de serviços públicos, ou seja, o consórcio pode ser composto exclusivamente de Estados ou Municípios, não podendo a União integrar nenhum deles.
- (E) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Estados envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

22. O artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê o seguinte: “No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País”. Essa norma constitucional possui eficácia

- (A) plena.
- (B) contida.
- (C) limitada.
- (D) absoluta.
- (E) exaurida.

23. A respeito da política urbana, a Constituição Federal prevê:

- (A) o Município poderá efetuar desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até 20 (vinte) anos.
- (B) o plano diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, e constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- (C) a política de desenvolvimento urbano será executada pelo Poder Público Estadual, conforme diretrizes gerais fixadas em lei.
- (D) os imóveis públicos poderão ser adquiridos por usucapião, mas esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
- (E) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano plurianual.

24. Segundo entendimento constante de Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal,

- (A) é inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.
- (B) é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- (C) é constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- (D) é inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, mesmo que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (E) é inconstitucional a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

25. Considere a seguinte situação hipotética.

Agente Público A, competente para expedição de licenças para a construção e reforma de imóveis no âmbito do Município de Barretos, delega tal competência a subordinado seu, o Agente Público B. Passados 10 (dez) meses da expedição do ato delegatório, o Agente Público A analisa um processo e expede a licença para a realização de reforma de um imóvel.

Supondo que haja norma que autorize expressamente a delegação da competência no caso analisado, pode-se afirmar que a licença expedida pelo Agente Público A

- (A) é válida, pois decorridos 6 (seis) meses do ato delegatório, ele automaticamente perde sua eficácia, devendo ser, então, renovado.
- (B) é válida, possuindo, todavia, o efeito de revogação tácita do ato pelo qual o Agente Público A delegou sua competência para o Agente Público B.
- (C) é inválida, pois o ato de delegação retira a competência da autoridade delegante, que somente poderá praticar o ato delegado após revogar expressamente o ato delegatório.
- (D) é válida, pois o ato de delegação não retira a competência da autoridade delegante, que continua competente cumulativamente com a autoridade delegada.
- (E) é inválida, pois nesse caso, para poder novamente expedir licenças, o Agente Público A deveria avocar a competência, atraindo-a de volta para sua esfera decisória.

26. O instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias voluntárias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros, é denominado

- (A) termo de fomento.
- (B) termo de colaboração.
- (C) acordo de cooperação.
- (D) convênio.
- (E) contrato de gestão.

27. É correto afirmar acerca dos elementos do ato administrativo:
- (A) uma das características da competência para o ato administrativo é a prorrogabilidade: a incompetência pode se transmudar em competência supervenientemente, em determinadas hipóteses.
 - (B) no exercício de competência vinculada, a autoridade competente tem a faculdade de decidir quanto ao objeto do ato administrativo.
 - (C) se a lei estabelece determinada forma como revestimento do ato, não pode o administrador deixar de observá-la, sob pena de invalidação do ato por vício de legalidade.
 - (D) é lícito ao administrador adotar, como motivo do ato, fundamentos genéricos e indefinidos, como, por exemplo, “interesse público”, “critério administrativo”, e outros do gênero, sobretudo quando expressarem razões de conveniência e oportunidade.
 - (E) exemplo de vício quanto ao objeto do ato administrativo é aquele em que o Estado desapropria um imóvel de propriedade de desafeto do Chefe do Executivo com o fim predeterminado de prejudicá-lo.
28. Suponha que exista, no âmbito do Poder Executivo do Município de Barretos, Ata de Registro de Preços de vários medicamentos que são adquiridos para distribuição para a população. Realizando a pesquisa de preços prévia à aquisição, a Administração Municipal verifica que um determinado medicamento está com preço de mercado 30% mais barato em relação ao preço registrado, que ainda está em seu período de validade. Consultada, a empresa detentora da Ata de Registro de Preços daquele medicamento afirma que mantém seu preço, sem nenhuma alteração. A Prefeitura, então, realiza pregão eletrônico e adquire o medicamento por preço 35% menor que aquele constante da Ata de Registro de Preços. Nesse caso, a conduta da Administração Municipal
- (A) está correta, porque um pregão eletrônico é eficaz para rescindir uma Ata de Registro de Preços vigente.
 - (B) está incorreta, pois a contratação da empresa detentora da Ata é obrigatória até que não seja atingido o quantitativo máximo previsto.
 - (C) está incorreta, porque a empresa detentora da Ata de Registro de Preços possui direito adquirido de obrigatoriamente ser contratada durante a vigência da Ata.
 - (D) está incorreta, pois a contratação da empresa detentora da Ata é obrigatória durante o prazo de vigência do registro de preços.
 - (E) está correta, pois a empresa detentora da Ata possui somente direito de preferência em igualdade de condições.
29. De acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, pela prática de atos contra a Administração Pública, o Município de Barretos poderá aplicar às pessoas jurídicas, consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na lei,
- (A) multa de 0,1% a 20% do valor da vantagem auferida, quando for possível sua estimativa.
 - (B) publicação extraordinária da decisão condenatória.
 - (C) perdimento dos bens direta ou indiretamente obtidos da infração.
 - (D) suspensão ou interdição parcial das atividades da pessoa jurídica.
 - (E) dissolução compulsória da pessoa jurídica.
30. Em ações de improbidade administrativa, o fato de um agente público ser ocupante de cargo público, emprego público ou, ainda, ser titular de mandato eletivo,
- (A) é relevante para fins de definição de quais sanções serão cabíveis, pois a suspensão dos direitos políticos só é aplicada aos titulares de mandatos eletivos.
 - (B) é irrelevante para fins de afastamento cautelar das funções, pois admitida a ação de improbidade, obrigatoriamente devem ser afastados os réus, independentemente do vínculo que possuam com o Poder Público.
 - (C) é relevante para fins de aplicação das sanções cabíveis, pois para os ocupantes de cargos ou empregos públicos as sanções podem ser impostas pela própria Administração.
 - (D) é irrelevante para efeito de definição da competência, pois a ação deverá ser ajuizada sempre perante o Juízo de primeiro grau.
 - (E) é relevante para efeito de definição da competência, já que ocupantes de cargos e empregos públicos serão processados pela Justiça Estadual Comum e titulares de mandato eletivo responderão perante a Justiça Eleitoral.

DIREITO CIVIL

31. O prazo prescricional para que o terceiro beneficiário de um seguro seja indenizado pela seguradora contratada pelo segurador é de

- (A) um ano.
- (B) três anos.
- (C) cinco anos.
- (D) dez anos.
- (E) vinte anos.

32. Quanto ao contrato preliminar, assinale a alternativa correta.

- (A) Não permite cláusula de arrependimento.
- (B) Deve conter a forma e todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.
- (C) Se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, e pedir perdas e danos.
- (D) Não exige qualquer tipo de registro, pois se trata de mera minuta sem eficácia jurídica.
- (E) Esgotado o prazo para que seja firmado o contrato final, perderá sua eficácia.

33. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir, **exceto** se

- (A) quem pagou o fez de boa-fé.
- (B) o pagamento tinha como objeto bem de terceiro.
- (C) houve desvalorização do recebido.
- (D) o pagamento cumpriu obrigação judicialmente inexigível.
- (E) consistiu no desempenho de obrigação de fazer.

34. Quanto ao usufruto, assinale a alternativa correta.

- (A) Pode-se transferir por alienação a título gratuito.
- (B) O usufrutuário tem direito ao uso, à posse e à administração, mas restitue os frutos ao proprietário.
- (C) Os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao proprietário, e ao usufrutuário os vencidos na data em que cessa o usufruto.
- (D) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, mas nunca sobre um patrimônio inteiro.
- (E) O usufrutuário deve usufruir da coisa em pessoa, não podendo arrendá-la ou emprestá-la.

35. Conceitua-se dano social como sendo

- (A) lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral – principalmente a respeito da segurança – quanto por diminuição na qualidade de vida.
- (B) dano moral coletivo, com viés de punição ao causador do dano, nos moldes do que é permitido na legislação que regula os direitos coletivos.
- (C) a possibilidade de reparação civil nas ações civis públicas, desde que ajuizada pelo Ministério Público, cujo valor será destinado ao Fundo de Reparações Públicas.
- (D) a indenização geral e irrestrita a qualquer pessoa que sofre um dano, seja a título culposo ou gratuito, compondo o que a doutrina e a jurisprudência passou a chamar de responsabilidade civil solidária.
- (E) o dano ambiental em que não é possível apontar um causador específico ao prejuízo social, cuja reparação será absorvida por toda a sociedade, por meio dos órgãos públicos responsáveis.

36. Quanto à doação, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente poderá ser feita a pessoa viva no momento da doação.
- (B) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário.
- (C) É possível a doação de todos os bens, mesmo sem reserva de parte.
- (D) A doação em comum a mais de uma pessoa deve contemplar qual a parte ou quinhão de cada uma.
- (E) Toda doação à pessoa absolutamente incapaz depende de aceitação judicial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se

- (A) ficar demonstrada a absoluta desnecessidade da concessão da tutela.
- (B) não tiver sido caucionada a ação, quando determinado pelo juízo.
- (C) o juiz acolher a alegação de decadência ou prescrição da pretensão do autor.
- (D) em qualquer fase processual o autor desistir da ação.
- (E) a ação poderia ter sido resolvida por meios alternativos de solução do conflito.

38. É cabível ação rescisória de ação rescisória?

- (A) Não, por falta de previsão legal.
- (B) Não, por já estar decidido em Súmula do STJ.
- (C) Não, por impossibilidade do objeto.
- (D) Sim, porque ação rescisória gera a formação de uma nova relação processual.
- (E) Sim, desde que proposta pelo Ministério Público, quando este devia ter atuado no feito.

39. Quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais e a inicial for indeferida pelo relator, caberá o recurso de

- (A) agravo para o órgão competente do tribunal que integre.
- (B) agravo, para o órgão pleno do tribunal que integre, com prioridade de julgamento.
- (C) recurso ordinário.
- (D) recurso especial, se o caso.
- (E) embargos de declaração.

40. Caso o valor da causa tiver sido atribuído incorretamente em reconvenção, assinale a alternativa correta.

- (A) O reconvindo deverá oferecer impugnação por meio de incidente processual.
- (B) O reconvindo deverá impugnar como preliminar de contestação.
- (C) O reconvindo poderá impugnar a qualquer momento, mesmo em sede de apelação.
- (D) Sendo matéria que pode ser reconhecida de ofício, não haverá preclusão.
- (E) Não haverá impugnação, pois o valor é o mesmo da inicial, atribuído pelo reconvindo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

41. A jurisprudência sobre as lides decorrentes das relações jurídicas travadas pelas pessoas no mercado de consumo vem se formando ao longo do tempo, desde a edição do Código de Defesa do Consumidor. Hodiernamente, é correto asseverar que o direito sumular editado pelo Superior Tribunal de Justiça entende que

- (A) a cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação.
- (B) as instituições de ensino superior respondem subjetivamente pelos danos suportados pelo aluno na realização de curso não reconhecido pelo Ministério da Educação, sobre o qual não lhe tenha sido dada prévia e adequada informação.
- (C) não é legítima a cobrança de tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários e as faixas de consumo.
- (D) na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a restituição imediata e integral das parcelas pagas, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento.
- (E) o Código de Defesa do Consumidor é aplicável a todos os contratos celebrados entre consumidor e entidade de previdência complementar.

42. Os contratos de consumo são entabulados entre consumidores e fornecedores, no dia a dia da vida em sociedade. Viver em sociedade, sem estabelecer contratação consumerista é tarefa quase impossível. Dentro desse cenário, assinale a alternativa correta sobre o tema em debate, a partir do que consta no sistema jurídico de proteção ao consumidor.

- (A) Nas relações de consumo, entabuladas entre fornecedor e consumidor-pessoa física, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis.
- (B) As declarações de vontade constantes de escritos particulares relativos às relações de consumo, firmados antes da celebração do contrato entre as partes, não vinculam o fornecedor.
- (C) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 (dez) dias a contar do ato de recebimento do produto adquirido pela internet.
- (D) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
- (E) A multa de mora decorrente do inadimplemento de obrigações no seu termo por parte do consumidor não poderá ser superior a 10 (dez) por cento do valor da prestação.

43. Na sociedade moderna, não é raro encontrar no mercado de consumo, fornecedores que atuam no mercado de forma inescrupulosa, com o objetivo de ganhar dinheiro fácil, prejudicando assim, consumidores de boa fé. A respeito do regramento das práticas comerciais realizadas por fornecedores, o Código de Defesa do Consumidor determina:

- (A) em relação à oferta posta no mercado de consumo, o fornecedor do serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- (B) salvo estipulação em contrário, o valor orçado pelo fornecedor para a prestação de um determinado serviço terá validade pelo prazo de 7 (sete) dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.
- (C) os produtos entregues ao consumidor, sem solicitação prévia, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.
- (D) o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
- (E) em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor-pessoa física deverão constar o seu nome, endereço, CPF e RG.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

44. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Essas são palavras da Constituição Federal quando elenca os chamados direitos e deveres individuais e coletivos. Dentro do rol de tais direitos, está a garantia de impetração do mandado de segurança coletivo que vem regulada no âmbito infraconstitucional pela dicção da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, que disciplina a matéria, determinando que

- (A) o cidadão é legitimado para o seu manejo ativo.
- (B) os direitos decorrentes de origem comum, são reputados como coletivos para fins de sua proteção.
- (C) o seu ajuizamento induz litispendência para as ações individuais.
- (D) a sentença proferida no seu bojo, fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- (E) para a sua impetração em nível local, basta que o partido político tenha representação perante a Câmara de Vereadores.

45. Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Feitas tais considerações, assinale a afirmativa correta a respeito da operação urbana consorciada, de acordo com a Lei nº 10.257/01.

- (A) Os recursos obtidos pelo Poder Público municipal, como contrapartida, podem ser aplicados em manutenção de quaisquer vias públicas.
- (B) Deverá ser aprovada por lei municipal específica, baseada ou não no plano diretor.
- (C) Nas regiões metropolitanas ou nas aglomerações urbanas instituídas por lei complementar estadual, poderão ser realizadas operações urbanas consorciadas interfederativas, aprovadas por lei federal específica.
- (D) Não poderá prever a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação municipal vigente à época que foram edificadas.
- (E) Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

46. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

No que concerne à educação ambiental, segundo os termos da Lei nº 9.795/99, é cabível asseverar que

- (A) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo é um de seus objetivos fundamentais.
- (B) a garantia de democratização das informações ambientais é um de seus princípios básicos.
- (C) é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.
- (D) deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino fundamental.
- (E) o ecoturismo é uma prática educativa voltada ao ensino formal.

47. Em relação às medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é correto afirmar que
- (A) poderão ser propostas por sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.
 - (B) não poderá ser negada certidão ou informação de seus termos, salvo se assim entender a autoridade judiciária.
 - (C) em caso de desistência ou abandono da ação, cabe exclusivamente ao Ministério Público Estadual ou Federal assumir a titularidade ativa.
 - (D) a sentença que concluir pela carência da ação, como regra, não fica sujeita ao duplo grau de jurisdição.
 - (E) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 5 (cinco) dias úteis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

48. Considerando a repartição de receitas tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, pertence aos Municípios
- (A) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas empresas estatais que instituírem e mantiverem.
 - (B) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício de sua competência residual, atribuída pelo art. 154, I da Constituição Federal de 1988.
 - (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
 - (D) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
 - (E) vinte por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

49. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- (A) sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.
- (B) presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, exceto se o devedor tiver reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- (C) na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de todos os seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- (D) o crédito tributário vencido ou vincendo, a cargo do *de cuius* ou de seu espólio, exigível no decurso do processo de inventário ou arrolamento, prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- (E) é vedada aos departamentos da Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, ou dos Municípios, ou suas autarquias, em qualquer hipótese, a celebração de contrato ou aceitação de proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

50. Um contribuinte impetra mandado de segurança em face do Secretário Municipal da Fazenda, alegando ofensa ao seu direito líquido e certo à ampla defesa e ao contraditório em sede administrativa, pois não foi notificado da homologação do lançamento e do ato de inscrição do débito tributário em dívida ativa. O tributo é sujeito a lançamento por homologação. A alegação do contribuinte:
- (A) é pertinente tanto em relação à notificação do lançamento quanto à da inscrição em dívida ativa, pois todo ato administrativo tributário deve ser notificado ao contribuinte.
 - (B) é pertinente em relação ao lançamento de ofício, porque este é o ato da autoridade administrativa que constitui o crédito tributário, mas não se sustenta em relação à inscrição do crédito em dívida ativa, que é ato interno da Administração Pública.
 - (C) apenas se sustenta em relação à inscrição do crédito em dívida ativa, pois este é o momento em que o título executivo extrajudicial é constituído, tornando a dívida líquida, certa e exigível.
 - (D) não se sustenta em relação a nenhuma das alegações, pois a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.
 - (E) é pertinente em relação à notificação do lançamento, porque este é o ato da autoridade administrativa que constitui o crédito tributário e em relação à inscrição do crédito em dívida ativa, por se tratar do ato que confere exigibilidade ao crédito tributário.
51. Um contribuinte de IPTU verificou, em janeiro de 2017, que, por um erro seu, recolheu o tributo devido em duplicidade para os cofres municipais no ano de 2016. Ele pretende reaver da Prefeitura o valor pago a mais em 2016 e possui todos os documentos para comprovar suas alegações. O pedido administrativo formulado para reaver os valores pagos em duplicidade foi indeferido. A forma correta do contribuinte buscar seu direito na via judicial é
- (A) impetrar mandado de segurança, pois possui direito líquido e certo de reaver o valor pago em duplicidade, além de possuir prova pré-constituída do direito que lhe assiste.
 - (B) propor ação para anular o crédito tributário, pois não há lançamento que constitua e justifique o segundo pagamento efetuado.
 - (C) propor ação para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária em relação ao pagamento efetuado em duplicidade, pois não há fato gerador nem lançamento que dê suporte ao segundo pagamento efetuado.
 - (D) ajuizar ação consignatória, para garantir o direito de compensar o valor recolhido em duplicidade para quitar os valores de IPTU devidos no ano de 2017.
 - (E) ajuizar ação para repetir o valor pago em duplicidade, pois o pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, gera o direito à restituição do tributo pago erroneamente.
52. Sobre o empenho, é correto afirmar que é
- (A) o estágio da despesa no qual se verifica o direito adquirido do credor para apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação.
 - (B) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
 - (C) o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
 - (D) o pagamento devido pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária.
 - (E) o ato pelo qual a Administração Pública, verificando que o credor faz jus ao recebimento de numerário, o entrega, recebendo a devida quitação.
53. É vedado pela Constituição Federal de 1988:
- (A) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
 - (B) o início de programas ou projetos não incluídos no Plano Plurianual e no Plano de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa para realização de atividades da administração tributária e para a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.
 - (D) a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais para custeio da seguridade social na realização de despesas com o pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.
 - (E) a concessão de autorização legislativa específica para utilização de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos públicos ou privados.

54. Determinado Município recebeu da União, por meio de convênio, recursos de capital para realizar obras de melhoramento viário. Ao receber o repasse dos valores respectivos, o Prefeito verificou a necessidade de utilizar parte da verba recebida no combate ao mosquito da dengue, em razão do aumento inesperado no número de casos da doença. De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada

- (A) é possível, desde que devidamente motivada pela autoridade administrativa recebedora dos recursos.
- (B) é vedada nas transferências voluntárias de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação.
- (C) é possível quando configurada situação imprevisível e emergencial, como é o caso do combate ao surto de dengue.
- (D) é possível, desde que o Prefeito se comprometa a repor o montante utilizado para fazer frente à situação emergencial em até seis meses da data da realização do repasse.
- (E) é vedada, salvo se houver anuência do ente transferidor.

DIREITO DO TRABALHO

55. A conversão de um terço do período de férias a que o empregado tiver direito em abono pecuniário

- (A) é facultada ao empregado contratado sob o regime de tempo parcial.
- (B) não se permite ao empregado adolescente.
- (C) pode ser requerida até 15 dias antes do início do gozo efetivo.
- (D) não se permite à empregada gestante.
- (E) depende de concordância expressa do empregador.

56. Um motorista empregado, após acumular mais de 20 pontos na Carteira Nacional de Habilitação por infrações de trânsito, ficou impedido de dirigir o veículo do empregador, para o que fora contratado. Nesse caso, de acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho,

- (A) o contrato de trabalho se extingue automaticamente.
- (B) o empregador deverá readaptá-lo em nova função, em qualquer circunstância, pois assume o risco da atividade econômica.
- (C) o empregador poderá despedi-lo por justa causa, desde que verificados o dolo ou culpa do empregado nas infrações de trânsito cometidas.
- (D) o empregador poderá despedi-lo por justa causa, desde que verificado o dolo do empregado nas infrações de trânsito cometidas.
- (E) o empregado deverá ser colocado em disponibilidade não remunerada até que regularize a situação perante a autoridade de trânsito.

57. Tratando-se de pretensão que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração ou descumprimento do pactuado, a prescrição trabalhista é total,

- (A) inclusive quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- (B) exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- (C) exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado em norma coletiva.
- (D) inclusive quando se trata de empregado adolescente.
- (E) exceto em relação às indenizações por dano moral e material, decorrentes de acidente do trabalho, vez que imprescritíveis.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

58. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a petição inicial trabalhista, entre outros requisitos, deve conter

- (A) a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio e o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor.
- (B) a qualificação das partes, a causa de pedir próxima, a causa de pedir remota, o pedido certo e determinado e, finalmente, o requerimento para citação da reclamada.
- (C) a qualificação das partes, o pedido certo e determinado, o requerimento para citação do reclamado e a especificação de provas.
- (D) a qualificação das partes, a causa de pedir e o pedido certo e determinado, bem como a indicação de seu valor, desde que se trate do rito sumaríssimo.
- (E) a qualificação das partes, a causa de pedir, o pedido líquido, a especificação de provas, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

- 59.** Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, em audiência, faculta-se ao empregador fazer-se substituir
- (A) por preposto, desde que ostente a condição de empregado, com exceção das microempresas e empresas de pequeno porte.
 - (B) por preposto, que não precisa ostentar a condição de empregado.
 - (C) por advogado, que poderá também acumular a função de preposto.
 - (D) por gerente ou preposto, cujas declarações obrigam o proponente, se tiver conhecimento dos fatos.
 - (E) por advogado ou preposto, desde que sejam empregados e tenham conhecimento dos fatos.
- 60.** Para fins de apreciação do recurso de revista, o Tribunal Superior do Trabalho examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, considerando indicador de natureza
- (A) econômica, a condição social do trabalhador.
 - (B) política, o desrespeito às súmulas do Superior Tribunal de Justiça em matéria trabalhista.
 - (C) social, a postulação de direito assegurado na Consolidação das Leis do Trabalho.
 - (D) jurídica, a existência de questão nova em torno da interpretação da legislação trabalhista.
 - (E) econômica e social, a existência de jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.

